



ESTADO DO ACRE

PROJETO DE LEI Nº **XXXX**, DE **XX** DE **XX** DE 2025

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Estado do Acre para o exercício financeiro de 2026, em cumprimento ao disposto no arts. 150, 152 e 159 da Constituição do Estado e na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, compreendendo:

- I – das disposições preliminares;
- II – das prioridades e metas da Administração Pública Estadual;
- III – das diretrizes gerais para a elaboração da proposta orçamentária;
- IV – da estrutura, organização, descentralização e reprogramação orçamentária;
- V – das diretrizes do orçamento fiscal, da seguridade social e investimento;
- VI – das alterações na legislação tributária do Estado;
- VII – das disposições gerais.

Parágrafo único Integram esta Lei os Anexos:

- I – Metas Fiscais;
- II – Riscos Fiscais;
- III – Base de Receitas dos Poderes.



ESTADO DO ACRE

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Art. 2º As prioridades da Administração Pública estadual para o exercício de 2026, atendidas as despesas que constituem obrigações constitucionais e as despesas com funcionamento dos órgãos e entidades que integram os orçamentos fiscal e seguridade social, serão as ações da Lei nº 4.282, de 27 de dezembro de 2023, que dispõe sobre o Plano Plurianual - PPA do Estado do Acre para o quadriênio 2024-2027, de acordo com as seguintes principais áreas estratégicas:

- I – desenvolvimento humano;
- II – produção, meio ambiente e povos indígenas;
- III – infraestrutura;
- IV – cultura e turismo;
- V – ambiente de negócios, empreendedorismo e inovação;
- VI – gestão institucional e governança.

§ 1º As prioridades e metas de que trata o **caput** terão precedência na alocação dos recursos na lei orçamentária anual para o exercício financeiro 2026 e na sua execução, não se constituindo em limite à programação da despesa, respeitando o atendimento das despesas que constituem obrigações constitucionais.

§ 2º O detalhamento das prioridades e metas que trata o **caput** serão estabelecidas na revisão da lei estadual nº 4.282, de 2023, que dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA do Estado do Acre para o quadriênio 2024/2027 e na lei orçamentária anual para exercício de 2026.

Art. 3º A elaboração e a aprovação do projeto de lei orçamentária anual para o exercício de 2026, bem como a execução da respectiva Lei, deverão ser compatíveis com a obtenção das metas constantes dos anexos a esta Lei.

§1º O cumprimento dos objetivos e prioridades de que trata o art. 2º observará as metas definidas no Programa de Ajuste Fiscal - PAF para o Estado do Acre, nos



ESTADO DO ACRE

termos da Lei Complementar Federal nº 156, de 28 de dezembro de 2016, e Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, tendo em vista que o teto de gastos é específico para as despesas primárias, ao passo em que a meta é um objetivo anual.

§ 2º O resultado a que se refere o art. 2º poderá ser ajustado até o montante estabelecido na revisão do PAF referente ao exercício de 2026, firmado entre o Estado do Acre e o Ministério da Fazenda, ou se verificadas, quando da elaboração do projeto de lei orçamentária anual para o exercício financeiro 2026, alterações da conjuntura nacional e estadual e dos parâmetros macroeconômicos utilizados na estimativa das receitas e despesas, do comportamento da execução do orçamento de 2025 e de modificações na legislação que venham a afetar esses parâmetros.

§ 3º Os Poderes e Órgãos que integram os orçamentos fiscal e da seguridade social realizarão a execução orçamentária a que se refere o **caput** de forma exclusiva no sistema único e integrado de execução orçamentária, administração financeira e controle, mantido e gerenciado pelo Poder Executivo, resguardada as respectivas autonomias, de acordo com o disposto no inciso III do § 1º e do § 6º do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e ao disposto no regulamento do padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

Art. 4º A lei orçamentária anual para o exercício financeiro de 2026 será elaborada em atenção ao disposto nesta Lei, observadas as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; do ato do governo federal que atualiza a discriminação da despesa por funções; da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000; da Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016, que altera o Ato



ESTADO DO ACRE

das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República para prorrogar a desvinculação das receitas da União e estabelecer a desvinculação das receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios; e dos manuais da receita e despesa nacionais.

Art. 5º No projeto de lei orçamentária anual para o exercício de 2026, as receitas e despesas serão orçadas a preços de agosto de 2025.

Parágrafo único. A lei orçamentária anual para o exercício de 2026 indicará o limite da variação de preços a partir do qual poderá ser feita a atualização monetária do orçamento, bem como os indicadores econômicos a serem utilizados.

Art. 6º Não poderão ser apresentadas emendas ao projeto de lei orçamentária anual para o exercício financeiro de 2026 que anulem o valor de dotações orçamentárias com recursos provenientes de:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - recursos vinculados por lei;
- III - recursos próprios de entidades da administração indireta;
- IV - contrapartida obrigatória do tesouro estadual a recursos transferidos ao Estado;
- V - recursos destinados a obras não concluídas ou não iniciadas da administração direta e indireta, consignados no orçamento anterior;
- VI - juros e encargos da dívida;
- VII - recursos de convênios, contratos, doações e operações de créditos com entidades nacionais e internacionais.

Art. 7º A lei orçamentária anual para o exercício financeiro de 2026 conterá dotação específica para contrapartida de convênios, contratos, operações de crédito e outros instrumentos congêneres.

§ 1º A execução de créditos aos órgãos e entidades estaduais responsáveis pela execução dos convênios estará condicionada à garantia de ingresso dos recursos a serem transferidos ao Estado nos termos da presente Lei.



ESTADO DO ACRE

§ 2º A movimentação de créditos orçamentários e recursos financeiros para contrapartida de convênios, contratos, doações e operações de crédito será condicionada à anuência da Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN.

Art. 8º A lei orçamentária anual para o exercício financeiro de 2026 estará em conformidade com a estrutura organizacional-administrativa dos órgãos e entidades que integram a Administração Pública estadual.

Art. 9º As metas e prioridades consignadas na lei orçamentária anual por meio de ações, projetos, atividades e operações especiais para o exercício financeiro de 2026 deverão estar em estrita conformidade com a plataforma de planejamento governamental.

Art. 10. A lei orçamentária anual para o exercício financeiro de 2026 conterá dispositivos para adaptar as receitas e despesas e os limites de execução orçamentária e financeira aos efeitos econômicos de:

- I - realização de receitas não previstas;
- II - realização inferior, ou não realização de receitas previstas;
- III - catástrofes de abrangência limitada;
- IV - alterações na estrutura organizacional ou na competência legal ou regimental de órgãos, entidades e fundos dos Poderes e Instituições do Estado;
- V - alterações conjunturais da economia nacional ou estadual, inclusive as decorrentes de mudanças na legislação.

Parágrafo único. Os dispositivos de que trata o **caput** deverão prever critérios que assegurem prioridade na alocação, execução e preservação dos recursos destinados aos programas orçamentários vinculados aos orçamentos temáticos previstos na Lei nº 3.762, de 19 de julho de 2021, que dispõe sobre o Orçamento Criança e Adolescente - OCAD, na Lei nº 4.168 de 6 de setembro de 2023, que dispõe sobre o Orçamento Sensível ao Gênero – OSG e dos programas orçamentários destinados a adaptação e mitigação às mudanças climáticas.



ESTADO DO ACRE

Art. 11. A Procuradoria-Geral do Estado – PGE, encaminhará à Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ, até o dia 01 de agosto de 2025, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais inscritos até o dia 01 de julho de 2025, a serem incluídos no orçamento de 2026, contendo:

- I – certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução;
- II – certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos;
- III – tipo de precatório;
- IV – entidade devedora.

Parágrafo único. Competirá ao Poder Executivo a centralização dos pagamentos dos precatórios dos órgãos e entidades da Administração Direta, ficando as entidades da Administração Indireta responsáveis pela inclusão dos respectivos precatório nos próprios orçamentos.

Art. 12. A inclusão de recursos na lei orçamentária anual para o exercício financeiro de 2026 visando ao pagamento de precatórios deve ser realizada conforme o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do artigo 100, da Constituição da República, bem como nos arts. 78 e 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E REPROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

SEÇÃO I

Da estrutura e organização orçamentária

Art. 13. A estrutura e organização do projeto de lei orçamentária anual para o exercício financeiro de 2026 observará estritamente nos arts.150 e 153 a 159 da Constituição do Estado do Acre; ao art. 22 da Lei Federal n. 4.320, de 1964; à Lei Complementar Federal n. 101, de 2000; e no ato do governo federal que atualiza a discriminação da despesa por funções.



ESTADO DO ACRE

§ 1º A fixação da despesa no projeto de lei orçamentária anual para o exercício financeiro de 2026 será demonstrada, segundo as classificações institucional, funcional e natureza de despesa até o nível de modalidade de aplicação, assim como da estrutura programática discriminada por programas e ações, projetos, atividades e operações especiais, que demonstra o programa de trabalho dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

§ 2º O projeto de lei orçamentária anual para o exercício financeiro de 2026 será acompanhado de resumo e demonstrativo dos programas vinculados aos orçamentos temáticos instituídos por lei, destacando as despesas exclusivas e não exclusivas.

§ 3º O enfrentamento às mudanças climáticas será considerado diretriz transversal no planejamento orçamentário do Estado do Acre, devendo ser integrado às políticas públicas setoriais.

Art. 14. Na lei orçamentária anual para o exercício financeiro de 2026 constará demonstrativo das emendas aprovadas pelo Poder Legislativo, detalhando-se o órgão ou entidade, o número do projeto ou atividade, a modalidade de aplicação, a fonte e o valor.

§ 1º As emendas de modificação às receitas e despesas constantes no projeto de lei orçamentária anual para o exercício financeiro de 2026 serão apresentadas da mesma forma e nível de detalhamento estabelecido no **caput**.

§ 2º As emendas parlamentares ao projeto de lei orçamentária anual para o exercício de 2026 deverão, sempre que possível, estar em conformidade com a plataforma de planejamento governamental.

§ 3º As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária anual para o exercício financeiro de 2026, de execução obrigatória, serão aprovadas no percentual de 6,80% (seis inteiros e oitenta centésimos por cento) da Receita Tributária, deduzidas



ESTADO DO ACRE

as obrigações constitucionais de transferência para os municípios, educação e saúde, efetivamente realizada no exercício anterior, ao do encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual para o exercício financeiro de 2026, observado que, no mínimo, cinquenta por cento serão destinados às ações de serviços públicos, de educação, esporte, cultura, assistência social, saúde, infraestrutura e segurança pública, e o restante dos recursos será alocado em quaisquer funções orçamentárias.

§ 4º As emendas de que trata o § 3º terão o valor mínimo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) da cota individual do parlamentar quando destinadas a Organizações da Sociedade Civil - OSCs e a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) quando destinadas a Municípios, à União ou à execução direta pelo Poder Executivo.

§ 5º Não serão admitidas indicações de emendas parlamentares individuais com valor inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) da cota destinada a cada parlamentar quando destinadas a Organizações da Sociedade Civil – OSCs e a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) quando destinadas à Municípios, à União ou à execução direta pelo Poder Executivo.

§ 6º Será obrigatória a execução orçamentária e financeira das emendas parlamentares.

§ 7º Os restos a pagar poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira prevista no § 6º.

§ 8º O Poder Executivo, no ato da publicação do balanço orçamentário anual, divulgará uma nota explicativa no Portal da Transparência, detalhando a receita tributária efetivamente realizada, deduzidas as obrigações constitucionais de transferência para os municípios, educação e saúde, para fins de apuração do previsto no § 3º.

Art. 15. As emendas parlamentares de que trata o art. 14 não serão de execução obrigatória nos casos de impedimentos de ordem técnica.



ESTADO DO ACRE

§ 1º Serão considerados impedimento de ordem técnica:

- I – desistência da proposta por parte do beneficiário;
- II – falta de razoabilidade do valor proposto, incompatibilidade do valor proposto com o cronograma de execução do projeto ou proposta de valor que impeça a conclusão de uma etapa útil do projeto no exercício;
- III – não aprovação do plano de trabalho;
- IV – ausência de licença ambiental prévia, nos casos em que for necessária;
- V – não comprovação de que os recursos orçamentários e financeiros sejam suficientes para conclusão do projeto ou etapa útil, com funcionalidade que permita imediato usufruto dos benefícios pela sociedade;
- VI – outras razões de ordem técnica, devidamente justificadas.

§ 2º As emendas parlamentares não executadas por impossibilidade técnica, devidamente fundamentadas, poderão ser remanejadas pelo autor até 30 de novembro do exercício 2026.

§ 3º As alterações de destinação ou aplicação das emendas parlamentares a que se refere o § 2º serão normatizadas por cronograma de execução das emendas parlamentares individuais para o exercício financeiro de 2026, mediante ato da Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN.

§ 4º A Comissão de Orçamento e Finanças – COF participará das reuniões para definir o cronograma que dispõe o § 3º.

Art. 16. Verificado algum impedimento na execução de emenda parlamentar, o respectivo autor poderá requerer à Comissão de Orçamento e Finanças - COF a alteração da destinação do respectivo valor, observando-se o prazo consignado no § 2º do art. 15.

Art. 17. A Lei Orçamentária conterá reserva de contingência, em programação específica, constituída, exclusivamente, com recursos do Orçamento Fiscal, em montante de, no mínimo, 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista para



ESTADO DO ACRE

o exercício de 2026 e será destinada a atender passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos

§ 1º A Reserva de Contingência será considerada como despesa primária para fins de apuração do resultado fiscal.

§ 2º Para fins de utilização da reserva de contingência de que trata o **caput**, será considerado como evento fiscal imprevisto a que se refere a alínea “b” do inciso III do **caput** do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, a abertura de créditos adicionais para o atendimento de despesas não previstas ou insuficientemente dotadas na lei orçamentária anual.

§ 3º Caso a Reserva de Contingência não seja utilizada até o final do segundo quadrimestre, seu saldo poderá ser utilizado para cobertura de outras despesas mediante créditos adicionais ao orçamento.

§ 4º A Reserva de Contingência prevista no **caput** será alocada na unidade orçamentária Secretaria de Estado de Planejamento e será classificada no Grupo de Natureza de Despesa 9.

Art. 18. Para fins de operacionalização da desvinculação de receitas de que trata o art. 76-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República, ficam desvinculados de órgão, entidade, fundo ou despesa 30% (trinta por cento) das receitas estaduais relativas a impostos, taxas e multas já instituídos ou que vierem a ser criados, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes.

§ 1º Excetua-se da desvinculação de que trata o **caput**:

- I – recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino de que tratam, respectivamente, nos incisos II e III do § 2º do art. 198 e no art. 212 da Constituição da República;
- II – receitas que pertencem aos municípios decorrentes de transferências previstas na Constituição da República;



ESTADO DO ACRE

III – receitas de contribuições previdenciárias e de assistência à saúde dos servidores;

IV – recursos de outras transferências obrigatórias e voluntárias entre o Estado e os demais entes da federação com destinação especificada em lei;

V – recursos dos fundos instituídos pelo Poder Judiciário, pelo Tribunal de Contas do Estado do Acre TCE, pelo Ministério Público do Estado do Acre - MPAC, pela Defensoria Pública do Estado do Acre - DPE e pela Procuradoria-Geral do Estado - PGE.

§ 2º Do produto da desvinculação a que se refere o **caput**, no mínimo, 1/3 (um terço) será destinado a despesas com a previdência social.

§ 3º O Governador do Estado regulamentará o disposto no **caput**, observados os procedimentos e os limites previstos, respectivamente, na lei orçamentária anual para o exercício financeiro de 2026 e na Constituição da República.

Art. 19. Não poderão ser incluídas na lei orçamentária anual para o exercício financeiro de 2026 despesas à conta de investimentos em regime de execução especial, ressalvado o disposto no art. 162 da Constituição do Estado do Acre para:

I – casos de calamidade pública;

II – créditos reabertos.

SEÇÃO II

Da descentralização e reprogramação orçamentária

Art. 20. Fica facultada a utilização do regime de descentralização de créditos orçamentários na execução orçamentária do Estado, observando-se a vedação disposta no inciso III do art. 161 da Constituição do Estado do Acre.

§ 1º Entende-se por descentralização de créditos orçamentários o regime de execução da despesa orçamentária em que o órgão, entidade ou unidade administrativa do Estado integrante do orçamento fiscal e da seguridade social



ESTADO DO ACRE

delega a outro órgão, entidade pública ou unidade administrativa do mesmo órgão a atribuição para realização de ação constante da sua programação anual de trabalho.

§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado a atribuir a outras unidades administrativas, mediante descentralização, diretamente ou por meio de destaque, as dotações consignadas em unidades orçamentárias do próprio Poder Executivo, desde que aquelas unidades descentralizadas estejam capacitadas a desempenhar os atos de gestão e regularmente cadastradas como unidades gestoras.

§ 3º A adoção do regime de descentralização somente será permitida para cumprimento, pela unidade executora, da finalidade da ação objeto da descentralização, conforme expresso na lei orçamentária anual para o exercício financeiro de 2026, e a despesa a ser realizada esteja efetivamente prevista ou se enquadre na respectiva dotação.

Art. 21. Fica autorizada a reprogramação e remanejamento dos programas, projetos e atividades entre órgãos do Poder Executivo, desde que não alterem o valor final do orçamento, os quais serão aprovados por ato do governador do Estado.

Art. 22. As alterações orçamentárias que não impliquem modificação do valor global da categoria econômica, do grupo de natureza da despesa ou da modalidade de aplicação não requerem a abertura de créditos adicionais, podendo ser realizadas diretamente no Sistema Integrado de Contabilidade, Administração Financeira e Orçamentária do Estado do Acre - SICAF.

§ 1º As alterações orçamentárias a que se refere o **caput**, serão efetuadas pelas unidades orçamentárias setoriais diretamente no Sistema Integrado de Contabilidade, Administração Financeira e Orçamentária do Estado do Acre - SICAF.

§ 2º As alterações de que trata o **caput** não serão contabilizadas como abertura de créditos suplementares.



ESTADO DO ACRE

Art. 23. Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas no orçamento de 2026, essa será feita de forma proporcional ao montante dos recursos efetivamente arrecadados e alocados, também proporcionalmente em relação à dotação inicial destinada a cada Poder, inclusive ao Tribunal de Contas do Estado do Acre - TCE, ao Ministério Público do Estado do Acre - MPAC e à Defensoria Pública do Estado do Acre - DPE/AC.

§ 1º Na hipótese do disposto no **caput** o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e Instituições o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 2º O dirigente máximo de cada Poder ou instituição, com base na comunicação de que trata o § 1º, publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder ou Instituição terá como limite de movimentação e empenho.

SEÇÃO III

Do Monitoramento e Avaliação

Art. 24. O Poder Executivo procederá o monitoramento do planejamento orçamentário e a avaliação do Plano Plurianual 2024-2027, por meio de sistema próprio, competindo-lhe estabelecer normas complementares necessárias à implantação, execução e operacionalização do processo de acompanhamento físico e financeiro e de avaliação do plano plurianual.

Art. 25. Os Órgãos do Poder Executivo, abrangendo seus Fundos, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, pertencentes aos orçamentos fiscais e da seguridade social, responsáveis por programas e ações, devem manter atualizadas, as informações referentes às metas de execução física e financeira das ações sob sua responsabilidade, na forma estabelecida pela Secretaria de Estado do Planejamento.



ESTADO DO ACRE

Art. 26. Para garantir a tempestividade e a qualidade das informações de monitoramento e avaliação, as unidades orçamentárias do Poder Executivo deverão manter os dados e informações dos programas e ações, em conformidade com a periodicidade do monitoramento e avaliação, sob pena das sanções abaixo:

- I – bloqueio do empenhamento de novas despesas na respectiva unidade gestora;
- II – não liberação das cotas subsequentes do cronograma de desembolso.

§ 1º Ficam ressalvados os empenhamentos das despesas legais e obrigatórias nas medidas do **caput**.

§ 2º As medidas poderão ser dispensadas nos casos em que a ausência das informações for justificada pelo gestor da unidade orçamentária.

Art. 27. A avaliação dos programas do Plano Plurianual 2024/2027 deverá ser realizada por todos os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, com validação dos dados pela Junta de Execução Orçamentária, informando sobre o cumprimento dos objetivos e metas previstas no plano plurianual e das metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º A avaliação de que trata o caput deverá apresentar informações sobre:

- I – a apuração do resultado do indicador do programa;
- II – o desempenho do programa em relação aos objetivos estabelecidos;
- III – consolidação dos principais resultados obtidos em cada projeto e atividade dos programas de cada secretaria ou órgão.

§ 2º Aplica-se, no que couber, aos órgãos do Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público do Estado do Acre, Tribunal de Contas do Estado do Acre, Defensoria Pública do Estado do Acre, responsáveis por programas, o disposto nos arts. 25, 26 e 27 desta lei.



ESTADO DO ACRE

CAPÍTULO V

DAS DIRETRIZES DO ORÇAMENTO FISCAL, DA SEGURIDADE SOCIAL E DE INVESTIMENTOS

SEÇÃO I

Das diretrizes comuns

Art. 28. Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreenderão a programação dos poderes do Estado, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive as especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo poder público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que delas recebam recursos do tesouro estadual.

§ 1º Excluem-se do disposto no **caput** as empresas e sociedades de economia mista que recebam recursos do Estado apenas sob a forma de:

- I – participação acionária;
- II – pagamento pelo fornecimento de bens e pela prestação de serviços;
- III – pagamento de empréstimos, aval e financiamentos concedidos.

§ 2º Os investimentos das empresas públicas e sociedades de economia mista a que se refere este artigo constarão, também, do orçamento previsto no inciso II do art. 153 da Constituição do Estado do Acre.

Art. 29. As despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado do Acre - TCE, do Ministério Público do Estado do Acre - MPAC e da Defensoria Pública do Estado do Acre – DPE/AC obedecerão ao limite estabelecido na Lei Complementar n. 101, de 2000.



ESTADO DO ACRE

Art. 30. Constarão do projeto de lei orçamentária anual para o exercício financeiro 2026 as despesas com juros, encargos e amortizações das dívidas, das operações contratadas ou com prioridades e autorizações concedidos pelo Poder Legislativo.

Art. 31. As transferências voluntárias de recursos para Municípios, por meio de convênios, acordos ou instrumentos congêneres, ressalvadas as destinadas ao atendimento de casos de calamidade pública, somente poderão ser realizados se o município beneficiado comprovar que:

I – instituiu e regulamentou todos os tributos que lhe cabe previstos nos arts. 137 e 144 da Constituição do Estado do Acre;

II – arrecada todos os impostos que lhe cabem previstos no art. 144 da Constituição Estadual do Acre, exceto, se for o caso, as contribuições de melhoria;

III – as prioridades municipais estão em consonância com os objetivos estratégicos identificados no art. 2º;

IV – adimpliu com o Estado, no tocante aos convênios oriundos das transferências voluntárias;

V - declaração expedida pelas Secretarias de Estado de Educação - SEE e da Secretaria de Estado de Saúde - SESACRE, de que o Município vem cumprindo com as ações estabelecidas no Pacto pelo Desenvolvimento Social dos Municípios do Acre.

Art. 32. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios com entidades privadas sem fins lucrativos, objetivando a concessão de subvenção social, auxílios e contribuições.

Art. 33. O Poder Executivo poderá destinar na Lei Orçamentária anual para o exercício de 2026 dotação orçamentária para manter as unidades descentralizadas sediadas nos municípios interioranos, exclusivamente para atender a execução orçamentária e financeira no cumprimento das metas e prioridades dos planos de governo.



ESTADO DO ACRE

Art. 34. As receitas próprias de órgãos, entidades, fundos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas e sociedades de economia mista, serão programadas para atender, prioritariamente:

I – despesas com pessoal e encargos sociais;

II – serviços da dívida;

III – contrapartidas de operações de créditos, convênios e contratos;

IV – posteriormente, outros de sua manutenção e investimentos prioritários, respeitadas as peculiaridades de cada um.

SEÇÃO II

Das diretrizes específicas para os orçamentos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado do Acre – TCE, do Ministério Público do Estado do Acre – MPAC e da Defensoria Pública do Estado do Acre – DPE/AC.

Art. 35. O Poder Judiciário, o Poder Legislativo, o Tribunal de Contas do Estado do Acre – TCE, o Ministério Público do Estado do Acre – MPAC, e a Defensoria Pública do Estado do Acre – DPE/AC, elaborarão suas respectivas propostas orçamentárias para o exercício financeiro de 2026, tendo como parâmetros os percentuais indicados nos §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º.

§ 1º As propostas orçamentárias dos Poderes e Instituições indicados no **caput** serão baseadas em percentuais das seguintes receitas correntes próprias do tesouro estadual:

I – Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestaduais e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS;

II – Impostos sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA;

III – Impostos de Transmissão Causa Mortis e Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD;

IV – taxas Administrativas;

V – transferências da União:



ESTADO DO ACRE

- a) do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE;
- b) do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte – IRRF;
- c) do Imposto de Propriedade Industrial – IPI;
- d) do ICMS – Desoneração das Exportações, conforme Lei Complementar Federal nº 87, de 13 de dezembro de 1996.

§ 2º No exercício financeiro de 2026, a distribuição financeira aos Poderes e instituições indicados no **caput**, incidirá sobre o total das receitas previstas, deduzidas as transferências constitucionais aos Municípios, bem como 1% (um por cento) referente ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, incidentes sobre a transferência do FPE.

§ 3º Será considerada como receita líquida o resultado entre as receitas descritas no § 1º e as deduções previstas no § 2º, sendo deduzidos o limite mínimo de 30% (trinta por cento) com a Educação, conforme disposto no art. 197 da Constituição do Estado do Acre, e os 12% (doze por cento) aplicáveis na Saúde, conforme disposto no § 2º do art. 198 da Constituição da República.

§ 4º Os percentuais de participação indicados são:

- I – Poder Judiciário: 9,75%;
- II – Poder Legislativo: 6,26%;
- III – Tribunal de Contas do Estado do Acre - TCE: 2,3%;
- IV – Ministério Público do Estado do Acre - MPAC: 5%;
- V – Defensoria Pública Geral do Estado do Acre – DPE/AC: 1,5%.

§ 5º A aferição dos percentuais estipulados no § 4º obedecerá à metodologia disposta no anexo III a esta lei.

§ 6º Para fins de transparência da gestão fiscal e em observância ao princípio da publicidade, o Poder Executivo tornará disponíveis na **internet**, por meio do site [Secretaria de Estado de Planejamento](#), para acesso de toda a sociedade, as seguintes informações:



ESTADO DO ACRE

- I – a lei do plano plurianual – PPA;
- II – a lei de diretrizes orçamentárias - LDO;
- III – a lei orçamentária anual - LOA;
- IV - o relatório resumido da execução orçamentária - RREO;
- V - o relatório de gestão fiscal - RGF.

SEÇÃO III

Das diretrizes específicas do orçamento fiscal

Art. 36. O orçamento fiscal centralizará as estimativas de arrecadação e recolhimento no tesouro estadual, inclusive com relação aos recursos oriundos das autarquias, fundações, fundos, empresas públicas e sociedades de economia mista, em conformidade com o art. 3º.

Art. 37. No projeto de lei orçamentária anual de 2026 constarão os recursos do tesouro estadual destinados às autarquias, fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista, os quais serão apresentados nos orçamentos próprios dessas instituições.

Art. 38. Os recursos do tesouro estadual somente poderão ser programados para atender despesas de capital, depois de atendidas as despesas com:

- I – pessoal e encargos sociais;
- II – serviços da dívida.

Art. 39. O projeto de lei orçamentária para o exercício financeiro de 2026 poderá estabelecer a abertura de créditos adicionais suplementares, de acordo com o disposto nos arts. 7º e 43 da Lei n. 4.320, de 1964.

Art. 40. As programações custeadas com recursos de operações de créditos ou, ainda, oriundas de convênios ou transferências voluntárias ainda não formalizadas, serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.



ESTADO DO ACRE

Art. 41. As dotações para formação de estoques reguladores e para aquisição de bens serão orçadas considerando a disponibilidade de recursos do governo estadual, buscando a estabilização da oferta e da disponibilidade estratégica de produtos essenciais ao abastecimento interno.

Art. 42. O projeto de lei orçamentária para o exercício financeiro de 2026 destinará recursos para pagamento de valores fixados em sentença judicial, quando for o caso, obedecendo o disposto no art. 100 da Constituição do Estado do Acre e de acordo com a Lei Complementar n. 101, de 2000.

SEÇÃO IV

Das diretrizes específicas do orçamento da seguridade social

Art. 43. O orçamento da seguridade social obedecerá ao definido nos arts. 194, 196, 201 e 203 da Constituição da República e contará, dentre outros, com recursos provenientes de:

I - contribuições sociais a que se referem os incisos I, II e III do art. 195 da Constituição da República;

II - receitas de quaisquer órgãos, fundos e entidades classificadas como serviços de saúde;

III - contribuição para plano de seguridade social do servidor, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Estado;

IV - orçamento fiscal;

V - demais receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos, entidades e fundos que integram, exclusivamente, este orçamento;

VI - operações de crédito, transferências e doações destinadas aos órgãos, entidades e fundos que devam integrar, exclusivamente, este orçamento.

Art. 44. O orçamento da seguridade social discriminará a transferência de recursos do Estado aos Municípios para execução descentralizada das ações de saúde e assistência social, conforme estabelecida nos arts. 198 e 204 da Constituição da República.



ESTADO DO ACRE

SEÇÃO V

Das diretrizes do orçamento de investimentos

Art. 45. O orçamento de investimento previsto no inciso II do art. 153 da Constituição Estadual será apresentado por cada empresa pública e por sociedade de economia mista em que o Estado detenha a maioria do capital social com direito a voto.

§ 1º O projeto de lei orçamentário anual para o exercício financeiro de 2026 será acompanhado de um demonstrativo, por empresa, de origem das receitas estimadas, bem como de sua aplicação.

§ 2º O demonstrativo a que se refere o § 1º indicará, pelo menos:

- I - os investimentos correspondentes à aquisição de direitos do ativo imobilizado;
- II - os investimentos financiados com operações de crédito especificamente vinculados ao projeto, quando for o caso.

Art. 46. Os montantes das despesas dos orçamentos de investimento não poderão ser superiores aos das respectivas receitas.

CAPÍTULO VI

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO ACRE

Art. 47. Na hipótese de alterações na legislação federal ou na necessidade de modificação na legislação tributária estadual, o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo, até o final do exercício, projeto de lei dispendo sobre as alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

- I – instituição e regulamentação da contribuição de melhoria decorrente de obras públicas;
- II – revisão das taxas;
- III – modificação nas legislações do ICMS, IPVA e ITCMD;
- IV – aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação dos tributos estaduais;



ESTADO DO ACRE

V – acompanhamento e fiscalização, pelo Estado, das compensações e das participações financeiras previstas na Constituição da República oriundas da exploração de recursos hídricos e minerais.

Art. 48. A concessão ou ampliação de incentivos, isenções ou benefícios, de natureza tributária ou financeira, deverão constar no projeto de lei orçamentária anual para o exercício financeiro de 2026 e observar o disposto na Lei Complementar n. 101, de 2000.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 49. O projeto de lei orçamentária para exercício financeiro de 2026 será enviado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo de acordo com o disposto no art. 158 da Constituição do Estado do Acre.

Art. 50. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios, contratos de empréstimos e operações de crédito com entidades governamentais e privadas, nacionais e internacionais, de acordo com as normas e legislações vigentes.

Art. 51. A Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN divulgará, para cada unidade orçamentária dos órgãos, fundos e entidades que integram os orçamentos de que trata esta Lei, os quadros de detalhamento de despesas, especificando, para cada categoria de programação, os valores respectivos.

Parágrafo único. As alterações decorrentes da abertura e reabertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento de despesas.

Art. 52. São vedados quaisquer procedimentos pelos Ordenadores de Despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de Dotação Orçamentária.



ESTADO DO ACRE

Parágrafo único. O Sistema Integrado de Contabilidade, Administração Financeira e Orçamentária do Estado do Acre – SICAF, registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária-financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do **caput**.

Art. 53. As Entidades Privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 54. Na hipótese em que o projeto de lei orçamentária para o exercício financeiro de 2026 não seja devolvido pelo Poder Legislativo ao Poder executivo, até a data de 31 de dezembro de 2025, a execução orçamentária poderá ser realizada em cada mês, até a sanção governamental, para o atendimento das seguintes despesas:

- I – despesas com pessoal e encargos sociais;
- II – benefícios previdenciários e assistenciais;
- III – serviços da dívida;
- IV – sentenças judiciais, inclusive relativas a precatórios ou consideradas de pequeno valor;
- V – atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar com recursos do Sistema Único de Saúde - SUS;
- VI – calamidade pública;
- VII – manutenção de projetos em andamento e contratos vigentes, até o limite de 1/12 (um doze avos) do valor previsto, multiplicado pelo número de meses decorridos até a publicação da respectiva lei orçamentária anual.

§ 1º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da lei orçamentária anual a utilização dos recursos autorizados no **caput**.

§ 2º Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de procedimento previsto neste artigo serão ajustados, após sanção da lei orçamentária anual, mediante abertura de créditos adicionais, com base em remanejamento de dotações, cujos atos serão publicados antes da divulgação dos quadros de detalhamento da despesa a que se refere o art. 51.



ESTADO DO ACRE

Art. 55. O acompanhamento e a avaliação dos resultados das ações de governo serão feitos:

- I – por programa e ação orçamentária, com a identificação da classificação orçamentária da despesa pública;
- II – diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução da ação orçamentária correspondente, excetuadas aquelas cujas dotações se enquadrem no parágrafo único.

Parágrafo único. As dotações destinadas ao atendimento de despesas ou encargos da administração pública estadual que não sejam específicos de determinado órgão, fundo ou entidade, ou cuja gestão e controle centralizados interessam à administração, com vistas à sua melhor gestão financeira e patrimonial, serão alocadas nos encargos gerais do Estado, sob gestão de unidade administrativa integrante da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ.

Art. 56. A Secretaria de Estado de Planejamento fará a cada 3 (três) meses, se necessário, a revisão das metas da lei de diretrizes orçamentárias e do cronograma de desembolso da lei orçamentária anual, como forma de manter as peças orçamentárias atualizadas com o real cenário econômico, fiscal e orçamentário do Estado.

Art. 57. Na elaboração do projeto de lei orçamentária anual para o exercício financeiro de 2026, será garantida a participação popular por meio de audiência pública convocada e realizada exclusivamente para esse fim, nos termos do art. 48 da Lei Complementar Federal n° 101, de 2000.

§ 1° O Poder Executivo realizará Audiência Pública com a utilização dos meios disponíveis.

§ 2° A Audiência Pública será amplamente divulgada nos meios de comunicação, no portal do Governo do Estado do Acre e nas redes sociais para chamamento da população à participação.



ESTADO DO ACRE

Art. 58. Na elaboração do projeto de lei orçamentária anual para o exercício financeiro de 2026, e quando de sua execução, deverão ser observadas as políticas públicas específicas, de acordo com a territorialidade definida no Zoneamento Ecológico e Econômico do Acre – ZEE.

Art. 59. Fica autorizado a concessão de quaisquer vantagens, aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções; alterações de estruturas de carreiras; e admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, ficando as mesmas condicionadas à existência de recursos, expressa autorização legislativa e conformidade ao disposto no art. 169 da Constituição da República, respeitando os limites para despesas com pessoal disposto na Lei Complementar Federal n. 101, de 2000.

§ 1º O Poder Executivo, de acordo com a conveniência da administração e respeitando os limites para despesas com pessoal disposto na Lei Complementar Federal n. 101, de 2000, poderá, mediante avaliação de desempenho, criar instrumentos de gratificação ou outros incentivos para os servidores públicos.

§ 2º As propostas de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais que acarretem aumento da despesa continuada serão amparadas por estudo prévio que demonstre a sua viabilidade técnica e os processos serão instruídos com a memória de cálculo do impacto que comprove a adequação orçamentária e financeira no exercício em que entrarem em vigor e nos dois subsequentes, em conformidade ao disposto no art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 60. Fica autorizado a realização de concurso público para provimento de cargos, observando-se o disposto nos arts. 37 e 169 da Constituição da República; no art. 27 da Constituição do Estado do Acre, e nos arts. 21 e 22 da Lei Complementar Federal n. 101, de 2000.



ESTADO DO ACRE

Parágrafo único. O Estado promoverá a mudança gradual do excesso de cargos temporários por cargos efetivos, de modo a aumentar a receita do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS do Estado, respeitado os limites de despesa com pessoal da LRF.

Art. 61. A lei orçamentária anual para o exercício financeiro de 2026 não destinará recursos para atender ações de caráter sigiloso, salvo quando realizadas por órgãos ou entidades cujas legislações de criação estabeleçam, entre suas competências, o desenvolvimento de atividades relativas à segurança da sociedade e do Estado e que tenha como pré-condição o sigilo.

Art. 62. São consideradas despesas irrelevantes, para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, aquelas cujos valores não ultrapassem os limites constantes nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 63. A reserva de contingência do orçamento poderá ser reforçada por recursos de outros órgãos e unidades administrativas, como também pela reestimativa da receita e pelo excesso de arrecadação.

Art. 64. Ficam a Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN e a Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ autorizadas a realizar os procedimentos e os ajustes necessários no sistema de planejamento, execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Estado, visando a padronização de fontes ou destinações de recursos, nos termos da legislação de regência da matéria.

Parágrafo único. Os órgãos e as entidades da administração pública do Estado do Acre deverão realizar os estudos e os ajustes nos demais sistemas informatizados de gestão administrativa para padronização a que se refere o **caput**.



ESTADO DO ACRE

Art. 65. Integram esta lei:

I – ANEXO I – Metas Fiscais;

II – ANEXO II – Riscos Fiscais;

III – ANEXO III – Base de Receitas dos Poderes.

Art. 66. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco-Acre, XX de XXX de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis e 64º do Estado do Acre.

GLADSON DE LIMA CAMELI

Governador do Estado do Acre

ANEXO I

METAS FISCAIS

ANEXO II

RISCOS FISCAIS



ESTADO DO ACRE

ANEXO III

LEI DE DITRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
COMPOSIÇÃO PARA BASE DE CÁLCULO DA RECEITA DOS PODERES
Conforme parágrafo 5º do Art. 26

I. RECEITA ORÇAMENTÁRIA		2026
Receita Tributária		
ICMS		
IPVA		
ITCMD		
TAXAS		
Transferências		
FPE		
IPI – EXPORT		
IRRF		
LC 87/1996		
Total Receita Orçamentária		(a)
II. DEDUÇÕES CONSTITUCIONAIS		
Municípios		[25% ICMS + 50% IPVA + 25% IPI-EXPORT]
Educação (30%) – Conforme Art. 197 da Constituição Estadual		
Saúde (12%)		
PASEP		[FPE * 1%]
Total Deduções Constitucionais		(b)
III. RECEITA LIQUIDA		(c) = (a) – (b)
IV. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (6,26%)		(d) = (c) * 6,26%
V. DEFENSORIA PÚBLICA (1,5%)		(e) = (c) * 1,5%
VI. MINISTÉRIO PÚBLICO (5,0%)		(f) = (c) * 5,0%
VII. TRIBUNAL DE CONTAS (2,3%)		(g) = (c) * 2,3%
VIII. TRIBUNAL DE JUSTIÇA (9,75%)		(h) = (c) * 9,75%
IX. TOTAL DOS PODERES		(i) = (d)+(e)+(f)+(g)+(h)